



Fortalecendo redes de atenção às mulheres, meninas e
pessoas que gestam em situação de aborto legal no
Rio Grande do Sul



Pelotas, Santa Maria, Litoral Norte e Fronteira Oeste
2024 - 2025

Sumário

Projeto Fortalecendo Redes de Atenção às mulheres, meninas e pessoas que gestam em situação de abortamento legal no Rio Grande do Sul.....	3
Pelotas.....	6
Santa Maria	9
Litoral Norte - Osório.....	16
Fronteira Oeste - Uruguaiana.....	20
Considerações Finais	30

Projeto Fortalecendo Redes de Atenção às mulheres, meninas e pessoas que gestam em situação de abortamento legal no Rio Grande do Sul

O Fórum Aborto Legal RS - FALRS é composto por um conjunto de organizações da sociedade civil, representação dos serviços, e de profissionais da assistência e de universidades, preocupadas com a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Somos um coletivo que se propõe a discutir e agir sobre a temática do aborto previsto na legislação brasileira. Organiza-se a partir da participação de representantes de diversas instituições, reunindo diferentes campos de conhecimento: saúde, direito, educação, ciências sociais e outros. Desde 2016, esse trabalho tem se mostrado um importante diferencial na luta pela garantia do direito das mulheres ao aborto legal no nosso estado, principalmente nos casos de violência sexual.

No contexto brasileiro, o atendimento às pessoas que buscam um aborto legal é realizado em hospitais de referência, com equipes especializadas, conforme as normativas técnicas elaboradas pelo Ministério da Saúde. No entanto, esses serviços são poucos, e a efetividade desse atendimento junto às mulheres, meninas e pessoas que gestam depende de uma série de fatores: da boa articulação da rede de atenção à saúde, com encaminhamentos adequados a partir das unidades básicas de saúde e outros serviços; do bom funcionamento dos serviços de segurança pública, delegacias de mulheres e centros de acolhimento às mulheres; do comprometimento dos conselhos tutelares; das políticas e ações que conectam todos esses setores ao espaço escolar, para que toda a comunidade tenha acesso, desde a educação básica, às informações sobre seus direitos sexuais e reprodutivos.

Para tanto, o FALRS tem buscado incidir no rompimento de barreiras que dificultam ou impedem as mulheres, meninas e pessoas que gestam de acessar o aborto legal no estado do Rio Grande do Sul. Atuando especialmente na disseminação de informações sobre direitos e serviços disponíveis, na qualificação da formação e atuação dos profissionais da rede de atenção. Ainda tem atuado fortemente na identificação dos nós críticos e articulação direta não só do setor saúde, mas atores dos outros setores da rede de atenção, como assistência social, o judiciário e a educação, além dos movimentos sociais. É o trabalho conjunto desses setores com a saúde que garante a todas as pessoas que necessitam a atenção adequada, ágil e acolhedora.

O trabalho com as redes de atenção e cuidado tem por objetivo, justamente, criar espaços para essa integração, promovendo a ação sobre os determinantes sociais da

saúde. Ou seja, uma atenção que respeite os direitos sexuais e reprodutivos e que enfrente as desigualdades de acesso à saúde. Este parece ser um diferencial do Fórum aqui no RS, não tanto focando em “apoiar” ou “acompanhar” os serviços de aborto legal, mas ser meio de fortalecimento destes serviços e agir no monitoramento de sua atuação por meio do acompanhamento de casos emblemáticos, escuta da rede e dos próprios profissionais que integram estes serviços.

Em 2021, executou, com apoio da FLD e em parceria com a Themis o projeto “Articulando redes para ampliar o acesso e qualificar o atendimento de mulheres em situação de aborto legal no SUS”, que teve como foco a articulação das redes do interior do estado onde estão instalados os serviços de interrupção voluntária da gravidez cadastrados no Ministério da Saúde. Além da realização do mapeamento das redes de atenção às mulheres dos municípios de Canoas, Rio Grande e Caxias do Sul, foram realizadas reuniões virtuais em cada cidade e a produção e disseminação de conteúdos sobre os direitos das mulheres em situação de violência sexual - [Guia “Aborto Legal e de Cuidado à pessoa em Situação de Violência Sexual”](#) e [vídeo](#).

Em 2023 o Fórum deliberou pela realização de novas rodadas de articulação das redes do interior do estado, com vistas a retomar os diálogos, por meio da realização de encontros presenciais com as redes - Porto Alegre, Canoas, Caxias do Sul e Rio Grande - de atenção às mulheres em situação de aborto legal no RS com o apoio de organizações e pessoas de cada cidade, antecedidas de visita técnica com cada serviços de aborto legal. Ao longo do projeto, foram realizadas formações com profissionais sobre o tema do acesso ao aborto legal, participação em debates e realização de oficinas sobre o tema, bem como produziu se materiais de incidência política com foco no legislativo para barrar projetos de lei que visam criar novas barreiras de acesso ao aborto legal. Os [resultados do projeto foram apresentados na plenária de dezembro do FALRS](#), durante os 21 dias de ativismo.

Em 2024, com apoio do Fundo Brasil de Direitos Humanos e em parceria e diálogo com a Secretaria Estadual de Saúde, o FALRS amplia o trabalho com as redes de atenção para cidades nas quais ainda não existem serviços cadastrados para realização do aborto previsto em lei, tendo sido mapeadas cinco cidades estratégicas, seja pelo interesse demonstrado por instituições locais para abertura de serviço de referência - como no caso de Pelotas e Santa Maria -seja pela lacuna assistencial na região – litoral e fronteira. Nestas cidades e regiões, além da realização de visita técnica aos serviços de referência para atendimento à violência sexual, com o objetivo de discutir as possibilidades de avanço na assistência ao aborto previsto em lei, serão organizadas reuniões com a rede de atenção. O projeto prevê ainda produção de materiais com informações sobre o aborto legal.

A primeira reunião realizada foi em Pelotas, em agosto de 2024, tendo sido articulada em parceria com o 8º de Pelotas. A segunda cidade visitada foi Santa Maria, em 28 de novembro de 2024, articulada em parceria com o Fórum de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher, o Núcleo de Educação Permanente em Saúde (NEPES), o CAPS Companhia do Recomeço, o Corre Dazarte e as Mulheres no Corre. No dia 17 de março de 2025, foi realizada a visita e reunião com a rede em Osório. Em Uruguaiana, diante das condições climáticas adversas, a primeira atividade foi realizada em 26 de junho de 2025, de forma online, em parceria com a 10ª Coordenadoria Regional de Saúde e a Santa Casa de Caridade de Uruguaiana. Posteriormente, no dia 14 de agosto de 2025, ocorreu a etapa presencial, articulada em conjunto com a Secretaria Estadual de Saúde, o Ministério Público Estadual e a Santa Casa de Caridade, com visita técnica ao hospital e capacitação regional com a rede de atenção.

Pelotas

Visita Técnica ao Hospital Escola UFPEL e 3ª Coordenadoria Regional de Saúde de Pelotas – 9 de agosto de 2024, às 14h:

Presentes: Claudia Prates - FALRS, Camila Mulazzani Maria - 3ª CRS, Carolina Ziebell - Superintendente HE-UFPEL, Samanta Madruga - HE-UFPEL, Niara de Oliveira - FF8M, Juliana Dutra - FF8M, Eva Santos - COMDIM Pelotas, Maria Heloísa Martins - GAMP, Francisca Jesus - CES, Bianca Orlando - médica equipe HE-UFPEL, Luana Winkler - médica equipe HE-UFPEL e Etiene Campos Dias - médica equipe HE-UFPEL

Iniciada a reunião com uma breve apresentação das presentes com a informação da representação institucional. Claudia Prates faz a apresentação do Fórum Aborto Legal RS e sua atuação pela garantia do direito ao aborto legal no estado e do projeto em curso “Fortalecendo redes de atenção às mulheres, meninas e pessoas que gestam em situação de abortamento legal no Rio Grande do Sul”.

Niara de Oliveira informa sobre como a Frente Feminista 8M ficou sabendo que o HE realizava o procedimento e da ideia de reunir FALRS, HE e 3ª CRS objetivando credenciar o hospital para ampliar o acesso do direito ao aborto legal em Pelotas, principalmente nos casos de estupro, uma vez que os relatos que chegaram de abortos realizados eram de risco de vida para a mãe e feto anencéfalo.

A médica Luana Winkler, da equipe do HE-UFPEL, relatou um caso recente que chegou na emergência e se enquadrava em risco de vida para a mãe e foi posteriormente, a partir do acolhimento feito pela equipe, relatado pela paciente ter sofrido estupro. O aborto foi realizado com o registro da violência, mas a equipe relatou resistência quanto a “se tornar rotina” o procedimento de aborto no hospital.

Carolina Ziebell, superintendente do HE-UFPEL, avalia que falta ainda maturidade para a equipe, que precisa ser devidamente preparada e capacitada conforme for avançando no processo de credenciamento, que entende ser uma necessidade, se colocando à disposição para prosseguimento das conversações.

Camila Mulazzani Maria, Coordenadora Regional da Política de Saúde da Mulher da 3ª CRS, informou que recentemente um caso acolhido pelo CRAI Pelotas precisou ser encaminhado a Porto Alegre, e que sem um serviço credenciado em Pelotas,

oficialmente é este o fluxo. Relata também que não foi possível ampliar o atendimento de Rio Grande para Pelotas, por ser uma única médica no HU-FURG que realiza o procedimento no serviço credenciado estando já sobrecarregado e saturado.

Eva Santos, do Comdim, faz ressalvas quanto às conversas se darem apenas entre chefias e coordenações e não envolverem ao longo do processo os profissionais da ponta, que o serviço público em última instância depende das pessoas e seus códigos de ética, além de dedicação e disponibilidade.

Niara relata a dificuldade em obter do executivo municipal qualquer informação sobre fluxos de atendimento na área da saúde e enfrentamento à violência contra a mulher, o que dificulta muito no acesso à demanda real no município e região, uma vez que é referência. Observa que conforme avançar nas conversações em relação ao credenciamento, será preciso avançar nessa área também.

Carolina afirma que o HE se enxerga na “Rede” e que não há objeção por parte do hospital em seguir avançando nas conversas. Solicita apoio do FALRS na capacitação e preparação da equipe, tarefa para a qual a FF8M também se compromete.

Encaminhamentos:

- HE-UFPEL se compromete em iniciar a discussão com seus profissionais.
- 3ª CRS sugere uma reunião oficial entre Governo do Estado, Prefeitura de Pelotas e HE-UFPEL.

Observações:

- UFPEL está em processo de eleição para a reitoria e Carolina não deverá permanecer na superintendência, mesmo que o grupo da atual gestão permaneça no comando da universidade, mas até haver a troca da reitoria e direção do HE está à disposição.
- Com as eleições municipais tão próximas, a probabilidade é que a reunião oficial entre governo, prefeitura e hospital fique para 2025.

Claudia Prates fez o encerramento se dizendo feliz pelo avanço do debate e pela receptividade tanto do HE quanto da 3ª CRS e pondera que avançamos 50% no caminho do credenciamento de um serviço de referência de aborto legal em Pelotas.

Roda de Conversa “Fortalecendo redes de atenção às mulheres, meninas e pessoas com capacidade de gestar em situação de abortamento legal no Rio Grande do Sul” com Claudia Prates - 1 7h, Instituto Mário Alves:

Presentes: Clarisse, Marielda, Eva, Claudia, Niara, Janaina, Manuela, Lori, Helô, Luiza, Bela, Loredana, Mana, Francisca, Biloca, Cindy - (16)

Em um final de tarde de muita chuva em Pelotas, Claudia Prates abre a roda de conversa apresentando o Fórum Aborto Legal RS, a área de atuação e incidência e o projeto “Fortalecendo redes de atenção às mulheres, meninas e pessoas que gestam em situação de abortamento legal no Rio Grande do Sul”.

Aberta a palavra para as presentes na roda, se sucederam vários relatos sobre experiências próprias (que não serão relatadas aqui) e acompanhamento de situações de abortamento e a insegurança desses momentos por não haver um hospital em Pelotas credenciado para receber a demanda dos casos de aborto legal, além do processo de adoecimento físico e mental das mulheres, tanto as que necessitam o procedimento quanto de quem acompanha. Claudia foi respondendo às dúvidas apresentadas pelas presentes em seus depoimentos e fazendo apontamentos de como o FALRS poderá auxiliar a partir de sua atuação e da parceria já firmada com a FF8M.



Encerramos a conversa observando a necessidade e urgência dessa atividade, já constatada desde a vinda do FALRS a Rio Grande em 2023 - atividade acompanhada pela FF8M, finalmente realizada, e da necessidade de mantermos essa parceria em outros momentos; e assim ficou acordado.

Santa Maria

Visita Técnica ao Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM-UFSM) – 28 de novembro de 2024, às 9h:

Presentes: equipe de matriciamento do HUSM-UFSM); superintendente do Hospital, representantes da 4ª Coordenadoria Regional de Saúde e pelo Fórum Aborto Legal RS, Claudia Prates e Renata Jardim.

Iniciada a reunião com uma breve apresentação das presentes com a informação da representação institucional. Nas apresentações todas falaram um pouco da sua área e especialmente do fluxo de atendimento às mulheres em situação de violência. Pelo Fórum Aborto Legal RS, Claudia Prates e Renata Jardim, apresentaram o FALRS, contando sobre o histórico do Fórum e resgatando o objetivo da visita, no sentido de contribuir na ampliação dos serviços de aborto legal no RS, em parceria com a SES.

Além do hospital demonstrar ter condições técnicas para a realização do serviço da interrupção das mulheres conforme previsão legal, recentemente, durante o período das enchentes no Estado, acolheram e realizaram um atendimento a uma mulher onde contaram com o suporte técnico do Hospital Presidente Vargas de Porto Alegre.

Nas falas, foram demonstradas que as dificuldades parecem estar mais presentes no que refere ao atendimento acima das 22 semanas. Humberto sugere que o movimento como um todo envolva mais os homens neste debate, para ampliarmos o leque de parcerias, mesmo reconhecendo a importância da celeridade, e que todos os hospitais universitários precisam aderir a formalização dos atendimentos. Lembra que existe uma Rede Nacional destes hospitais, onde seus representantes são formadores de opinião, e que ali é um campo fértil para o fortalecimento da campanha contra retrocessos.

Ana Paula fala da importância das ações em rede e de que a coordenação federal dos hospitais universitários deve trabalhar em conjunto, com formação, fortalecendo as pesquisas para dar maior sustentação à nossa luta. Precisamos fugir da discussão do tempo ou idade gestacional ou ecografias.

Makleine, que hoje trabalha na 4ª Coordenadoria de Saúde, relata que já atuou no Hospital quando o programa de Matriciamento foi criado em 2015, fruto de judicialização para que o Hospital Universitário fosse referência para a região.

Berenice nos conta que o hospital é de portas abertas, 24 horas. Conta com equipe multi e atua com a organização dos serviços, capacitação da equipe, construção dos fluxos, e formações direcionadas para as pessoas que chegam (novos integrantes). O CRAI está funcionando desde 2019. O Hospital tem uma boa relação de fluxo com a perícia e as polícias são acionadas para a coleta de vestígios. Trabalham para evitar a revitimização das mulheres e meninas. Tem tanto o atendimento para interrupção com medicação ou AMIU. Contam também com a capacitação para os municípios da rede.

Apresentaram alguns dados: de acordo com os dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), somente no ano de 2022 entre os meses de janeiro a novembro, o Centro Obstétrico (CO) atendeu 53 vítimas de violência sexual, sendo 19 menores de idade (BRASIL, 2022).

Contam que, em 2022, após um processo interno de discussão de um protocolo de interrupção da gestação nos casos de violência sexual, o hospital iniciou o processo de cadastramento junto a Secretaria Estadual de Saúde, porém há divergências em relação a limite gestacional previsto no protocolo, que o limita até 22 semanas, sendo a legislação brasileira não impor tal limitação para sua realização.



Ao final todas as falas convergiram para a necessidade urgente da instalação do Serviço de Aborto Legal em Santa Maria. Berenice destaca que o Hospital hoje possui todas as condições técnicas e amadurecimento da equipe para sua instalação. No entanto,

reforçam que o atendimento neste momento de mulheres e meninas com gestações tardias (acima de 22 semanas) gera muitas dificuldades.

Renata e Cláudia, pelo Fórum Aborto Legal, comprometeram-se em dialogar com a SES para acompanhar o processo de credenciamento e buscar seu andamento, assim como levar para a reunião da rede de Santa Maria a disposição do hospital em iniciar o atendimento das mulheres. Foi reforçado o interesse de todos na construção de um acordo que priorize a situação de mulheres e meninas que hoje precisam viajar mais de 4 horas, além de enfrentar outras barreiras para ter seu direito atendido.

Reunião com a rede de atenção de Santa Maria e região, auditório da CACISM, 28 de novembro, 14h:

Na parte da tarde foi realizada a reunião da Rede, onde contamos com a presença de quase 30 pessoas de diferentes áreas, num diálogo muito forte no sentido de demonstrar a necessidade urgente da formalização do Serviço de Aborto Legal em Santa Maria. A atividade foi realizada no auditório da CACISM localizado no centro de Santa Maria. A reunião, convocada com o tema “Fortalecendo Redes: atenção às pessoas em situação de aborto legal no SUS”, teve como o objetivo debater a questão do aborto legal dentro município e formular encaminhamentos para as próximas atividades do Fórum em conjunto com as organizações colaboradoras presentes, sendo elas o Fórum de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher, o Núcleo de Educação Permanente em Saúde (NEPES), o CAPS Companhia do Recomeço, o Corre Dazarte e as Mulheres no Corre.

Claudia Prates fez a abertura da reunião, explicando que a atividade faz parte do programa Fortalecendo Redes, do Fórum Aborto Legal RS. Pontua a importância do evento na ampliação da discussão para mais meninas e mulheres e no sentimento positivo em relação à conversa com os profissionais do Hospital Universitário (HUSM). Renata segue com a fala contextualizando o momento histórico em que estamos, no qual a PEC 164/2012, que acaba com a possibilidade de aborto legal no país, foi aprovada nesta quarta-feira dia vinte e sete de novembro. Esta PEC estabelece a inviolabilidade do direito à vida desde a concepção, o que impactará não só no aborto hoje permitido - nos casos de violência sexual, risco de vida para a gestante e em caso de fetos anencéfalos - como também pesquisas com células troco e procedimentos de reprodução assistida. Renata também chama a atenção para a tramitação no Congresso Nacional de projetos de lei que querem restringir o direito ao aborto legal,

como o Estatuto do Nascituro e, mais recentemente o PL 1904/24, que quer criminalizar mulheres vítimas de violência que realizam aborto após vinte e duas semanas, incorrendo inclusive em pena maior que o seu abusador. Ainda em relação ao contexto brasileiro, Renata pergunta quem são as mulheres que abortam de forma segura no Brasil? Os marcadores sociais de raça, classe, idade, território e escolaridade mostram que as jovens negras, pobres, periféricas e do campo são as que mais são morrem por aborto realizados de forma insegura.



Apesar da garantia do direito ao aborto legal nos casos de violência sexual e risco de vida estar previsto desde 1940 no Código Penal, Renata lembra que somente em 1999 é regulamentada uma normativa para sua realização no âmbito do SUS. Ainda hoje os serviços são escassos e, no estado do Rio Grande do Sul, apenas quatro cidades contam com serviços que realizam o procedimento, sendo elas Porto Alegre, Canoas, Caxias do Sul e Rio

Grande. Diante disso, busca-se ampliar a rede de serviços para a realização da interrupção legal da gravidez. Os desafios para garantir o acesso ao aborto legal refletem a desarticulação de rede, que muitas vezes dispõe de profissionais despreparados, a negligência dos serviços públicos de saúde em cobrar exigências não previstas em lei, como nos casos em que é solicitado o boletim de ocorrência, a objeção de consciência, o silêncio e políticas públicas pouco efetivas ou ainda a imposição de limite gestacional para a realização do aborto em casos de violência sexual. Entre as barreiras de acesso, temos ainda o lobby dos antidireitos para barrar o acesso ao aborto legal, como por exemplo, a PEC 164/12.

A delegada rodoviária Cristina comenta sobre os casos que já atendeu e a resposta que costuma ouvir de colegas de trabalho que “beijo roubado não é crime”, e a dificuldade de compreensão do que é violência sexual pela sociedade civil, bem como a rivalidade feminina como um produto do patriarcado e obstáculo nas relações pessoais e nas redes de atenção à saúde. Cláudia ressalta a importância de se fazer contatos para uma melhor articulação das estratégias. A vereadora Marina fala sobre a existência da Procuradoria Especial da Mulher no município, mas que no momento está sob gestão de uma conservadora e se coloca à disposição para ampliação do debate e construção de iniciativas.

A professora da UFSM Laura comenta sobre as barreiras dentro do Conselho que faz parte, os estereótipos que seus colegas e superiores reproduzem sobre a temática e a sua postura em defesa do aborto legal, e a importância da pressão local para que a questão seja debatida com mais facilidade e frequência. A parceira do Fórum de Enfrentamento, Celeste, recorda da reunião realizada entre o Ministério da Saúde e o HUSM em 2006/2007 sobre aborto legal, naquele período a resposta foi a velha objeção de consciência, e questiona como sacudir as mulheres no contexto de Santa Maria, visto que é uma cidade bastante conservadora.

Renata retoma a apresentação compartilhando um pouco da experiência do Fórum Aborto Legal do Rio Grande do Sul, composto por ativistas, gestoras, pesquisadoras e profissionais da saúde. Começou em 2015 atuando em colóquios, cursos de extensão, oficinas e rodas de conversa, produzindo materiais informativos, artigos científicos, reuniões e articulação de rede em diferentes territórios do estado. O projeto Fortalecendo Redes nasceu na pandemia e tem por objetivo dialogar sobre aborto legal para a construção de estratégias coletivas e ampliação do acesso aos serviços. Ainda, durante a crise climática foi realizado o monitoramento dos serviços e da saúde das mulheres.

Desde 2012 a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece o aborto como um serviço de saúde essencial, todavia é possível observar grandes dificuldades de implementação dentro do estado, como a ausência de assistência integral, a falta de serviços que atendam todos os casos de aborto, com equipes especializadas exclusivas, sem necessidade de ingresso por meio de outros serviços, bem como a implementação de protocolos que impeçam a revitimização das pessoas que buscam a interrupção da gestação, a qualificação da rede de atenção básica em relação a legislação, e a melhoria e uniformização dos registros do procedimentos de interrupção. Como fazer perguntas mais abertas e efetivas durante os acolhimentos? O diálogo é necessariamente construído a partir da escuta acolhedora e uma dose generosa de sensibilidade para identificar o não dito.

Marina da Secretaria de Saúde cita a barreira da idade gestacional. Cristina relembra a disparidade entre mulheres pobres e ricas. Renata explica que o Hospital Clínicas de Porto Alegre é o único serviço que realiza o procedimento após vinte e duas semanas, mas essa informação não é divulgada e já ocorreu da instituição negar atendimento encaminhado por outros serviços. Um forte colaborador da causa é o projeto Vivas, que surge para apoiar mulheres que não conseguem realizar aborto em sua cidade. Taciana do CAPS ad Cia do Recomeço questiona sobre quais mulheres que conseguem acessar o direito ao aborto diante da desinformação dos serviços e da barreira da

locomoção, pergunta se o município auxilia no transporte e Marina da Secretaria responde que sim. Taciana continua o raciocínio e pontua o tempo da gestação, como identificar os sinais de uma possível gestação em mulheres em situação de rua e uso abusivo de drogas, uma vez que Santa Maria não dispõe de Consultório na Rua. Os testes de gravidez disponibilizados pelo CAPS são uma alternativa, mas representam uma exceção da regra. Renata retoma a fala compartilhando a experiência do fluxo de Canoas, em que o Centro de Referência da Mulher atua como mediador entre Secretaria e Hospital e facilitador para a realização do procedimento. Cita a possibilidade da produção de material informativo, como um folder explicativo do fluxo dentro do município.

Denise, ex-assistente social do HUSM, recorda um caso em que a instituição realizou o procedimento, uma vez que em casos de risco de vida e anencefalia o serviço é obrigado a fazer. Cláudia pontua as sequelas que ficam para as vítimas lidar, traz o exemplo de um caso em que uma jovem entregou o filho para adoção e após 4 meses ainda estava se adaptando ao leite materno. Salienta que a pressão local pode ser expressa através de um documento construído coletivamente expondo os relatos e encaminhamentos da conversa de hoje. Laura questiona de que forma podemos sustentar a continuidade dessa pressão e articulação no contexto de Santa Maria.

Renata aponta para a produção de materiais informativos e sua distribuição. Celeste sugere se reunir a cada dois meses para discutir as políticas públicas existentes. Jheiny, estudante da UFSM, relata um caso de violência sexual que acompanha através do coletivo “As mina da Geo”, em que a vítima de aproximadamente 25 anos, que possui três filhos e reside na mesma casa que seu agressor, teve o pedido de laqueadura negado pelo serviço de referência do seu bairro, Jheiny questiona como sistematizar as informações e garantir o acesso? Como construir uma comunicação afetiva e assertiva?

Cláudia responde que o silêncio é um grande dificultador dos fluxos, frequentemente acompanhado da desculpa “não vou mexer com outro setor”. Renata completa apontando para o medo que existe em discutir sobre e acolher casos de aborto nos serviços, o que reflete as resistências ancoradas na negligência. Cláudia situa o Fórum Aborto Legal e de Enfrentamento como mediadores para as vítimas acessarem o hospital e a produção de materiais para ampliação da articulação de rede e sugere furar a bolha da imprensa com vistas a conseguir uma reportagem/matéria para ampliar o debate, seja pelo rádio ou veículos de comunicação não convencionais. Laura complementa indicando o Centro de Referência da Mulher (CRM), inaugurado em 2022, como mediador e convida o Fórum Aborto Legal para uma formação no município. Cristina sugere o monitoramento dos nossos representantes políticos e a

organização de uma manifestação pública contra a PEC 164. Conclui-se como encaminhamentos: elaborar um fluxo dos processos e procedimentos com o CRM, discutir a problemática da exigência dos laudos médicos com representantes e políticos locais, organizar e realizar uma formação em colaboração com os Fóruns e demais organizações, incluindo as Mulheres no Corre.



Litoral Norte - Osório

Visita Técnica ao Hospital São Vicente de Paulo- HSPV – Osório, 17 de março de 2025, às 9h:

Presentes: equipe do Hospital (Psicóloga, Gerente de enfermagem, Coordenador de emergência do hospital, Coordenadora materna infantil; representantes da 18ª CRS e do Fórum Aborto Legal RS (Claudia Prates, Renata Jardim e Thayane Cazallas

O encontro ocorreu no dia 17 de março de 2025, na cidade de Osório ocorreu no Hospital São Vicente de Paulo- HSPV, pelo período da manhã. Desde já, o hospital mostrou o interesse em se preparar, assim como em reunião em obter o serviço de aborto legal, visando em atender a uma demanda do litoral norte do RS.

Claudia Prates e Renata Jardim apresentaram o Fórum Aborto Legal. Foram esclarecidas algumas dúvidas sobre procedimentos já não necessários e sobre o fluxo de atendimento às vítimas de violência sexual, que devem garantir o devido acolhimento, avaliação técnica, registro, encaminhamentos necessários para a rede de atenção e respeitar as medidas legais, além da garantia da privacidade e sigilo. Reforçando que em muitos casos é no próprio acolhimento que se encontra a problemática do fluxo dos hospitais, na exposição da vítima em ter que comprovar o estupro.

Neste encontro foi possível identificar o interesse de informações e preparo para o acolhimento de meninas e mulheres vítimas de violência sexual. Além disso, a equipe do hospital trouxe preocupação com a falta de rede disponível para acolher e proteger as mulheres em situação de violência, em especial daquelas com maior risco de vida. Foi dialogado sobre a importância da articulação em rede e da busca por alternativas para atenção, como captação de recursos através de emendas parlamentares, para, por exemplo, a compra de vagas ou estruturação de uma casa abrigo no litoral gaúcho.

A psicóloga do hospital comenta, por exemplo que existe na região a Rede de apoio à vítima e ao agressor, o RAMA, o que é insuficiente no olhar e amplitude de atendimento, pois em muitos casos é necessário a retirada de meninas e mulheres dos lares, quando o agressor é um parente e próximo, assim como inibir a presença no

espaço de convívio familiar em que o agressor é membro, assim como da comunidade retirando a vítima de possíveis pressões psicológicas e de risco de vida.

Discutiu-se, ainda, que muitos dos casos de acolhimento das mulheres que sofrem a violência sexual podem ocorrer pela emergência do Hospital, apesar da baixa notificação, ou seja, sabe-se que é possível uma abrangência muito maior que sofre subnotificações, pois o hospital está na abrangência dos municípios de Osório, Maquiné, Arroio do Sal.

Muitas dúvidas foram retiradas, dentre elas é a não necessidade do boletim de ocorrência para a realização do aborto legal por violência sexual, já revogada pelo Ministério da Saúde desde 2005, tendo sido reforçado que *“a palavra da mulher basta”*. Também se desmistificou a dificuldade do trâmite para a realização do procedimento de abortamento previsto em lei, sendo necessário apenas 5 documentos que precisam ser assinados, e a assinatura autoriza o procedimento de interrupção, ou seja, não precisa de nenhum documento via judicial, pois a palavra da mulher basta.

As integrantes da 18ª regional de saúde relataram sobre o processo de instalação do Centro de Referência em Atendimento Infanto-juvenil – CRAI e que, com ele, o Hospital passará a ser referência não só nos casos de crianças e adolescentes, mas em todas as situações de violência sexual da região.

Sobre os casos de violência sexual, a representante da 18ª regional de saúde relata que há, em média, 12 casos ao ano, nesta relação chegam a ser 2 casos de violência sexual notificado da região. Neste baixo índice sabe-se da possibilidade de subnotificação, o que não gera um protocolo, chegando a levar adiante uma gravidez indesejada. Por outro lado, a subnotificação não gerando os protocolos, não prepara uma equipe especializada, passando pela desatenção, já na atenção básica, que ao realizar o pré-natal não se aborda se a gestação foi ou não desejada.

“O caso não chega para nós, a gestante quando chega quase tendo o filho, nos diz, “foi de abuso”, e dá para a adoção”, pois as barreiras do acesso são muito grandes. A mulher sabendo, e tendo a informação de que o aborto gerado pela violência não é proibido, saindo deste fantasma da desinformação, também consegue parar uma série de situações, ainda mais quando o abusador é um familiar, um conhecido, por isso, o reforço da importância do atendimento na atenção primária, pois realiza a escuta sem julgamento.

Dentre outras dúvidas retiradas pelo Fórum foi a discussão das 22 semanas de gestação, que está fortemente presente, como mais um inibidor informativo, o que viola os direitos das pessoas em situação de violência nestes casos.



Reunião com a Rede de Atenção do Litoral Norte no Instituto Federal do RS - 17 de março de 2025, às 14h - Campus Osório.

O evento à tarde reuniu profissionais da rede de serviços, gestores públicos e sociedade civil para discutir estratégias de acolhimento e fortalecer a rede de atenção à violência sexual e ao aborto legal. As inscrições foram realizadas por um link com a divulgação da reunião.

Contando com 17 participações, e dentre as presentes, uma representante da vigilante epidemiológica, duas da Diretoria da Mulher e CRM de Torres, da SESAI- Saúde Indígena de Osório, a Coordenadora do Centro da Mulher de Cidreira, uma Enfermeira de Cidreira, Psicóloga de Cidreira, da Ament de Três Cachoeiras, da Secretaria de Saúde de Tramandaí, da Ament de Capão da Canoa, as Psicóloga e Assistente Social do HSPV Osório

A reunião foi iniciada com a apresentação do Fórum Aborto Legal RS e do projeto, realizado por Claudia e Renata.

Muitas das falas se mostram felizes em ter um horizonte de ações como a das apresentadas pelo Fórum, pois se manifesta entre uma das falas, que ao trabalhar nos últimos 24 anos de SUS é necessário que haja formação, pois existe uma desatualização voltada ao tema.

A falta de informação por parte de agentes e serviços do estado foi trazida por diferentes falas e que o não acolhimento correto no atendimento primário, secundário no tema do aborto, pode barrar um direito. Houve o relato de um caso em que a enfermeira foi em busca de informações para atendimento de um caso de anencefalia e que ao telefonar para o Hospital de referência de Porto Alegre e quem a atendeu disse que o hospital não fazia o procedimento, e foi necessário ser persuadido, afetando o tempo de cuidado necessário.



Rede de Atenção do Litoral Norte no Instituto Federal do RS - 17 de março de 2025, às 14h - Campus Osório.

Fronteira Oeste - Uruguaiana

Reunião Técnica ao Hospital Santa Casa de Caridade de Uruguaiana
– 26 de junho de 2025, às 9h pela Plataforma Meet:

Em função das condições climáticas com previsão de chuvas e enchentes na região optamos por transformar a atividade em uma reunião online, para não prejudicar a mobilização já realizada. Assim a atividade da Rede de Atenção às Pessoas em Situação de Aborto Legal na Fronteira Oeste, prevista para acontecer na parte da tarde, também foi realizada exclusivamente no formato online.

A decisão foi tomada de forma conjunta pelo Fórum do Aborto Legal RS, a 10ª Coordenadoria Regional de Saúde, considerando os alertas emitidos pelos órgãos oficiais de meteorologia e defesa civil, bem como os riscos no deslocamento para as equipes e participantes da região. Primeiramente realizamos a reunião com representantes da Santa Casa de Uruguaiana e a 10ª Regional de Saúde. Depois de uma apresentação entre as pessoas presentes, iniciamos com uma apresentação do Fórum e dos objetivos do Projeto Fortalecendo Redes. Agradecemos a colaboração entre o Hospital Santa Casa de Uruguaiana e a SES, que são muito caros para o Fórum do Aborto Legal do Rio Grande do Sul, com foco na melhoria do atendimento às mulheres que buscam serviços de aborto legal. Em nome do FALRS externamos nossa solidariedade em relação a situação de desabrigados na região, evidenciando a relevância do tema e do cuidado para com todas as pessoas da região.

Thais, enfermeira da Santa Casa, se apresenta e fala sobre sua experiência na saúde da mulher, enquanto outros membros da equipe também relatam suas funções e a relevância do encontro. Destacam a importância de um fluxo de atendimento mais eficiente.

O projeto "Fortalecendo Redes" foi um ponto central da conversa, com Claudia Prates e Renata Jardim enfatizando a necessidade de ampliar o acesso ao aborto legal e identificar barreiras no atendimento. Renata falou de outras cidades que estão incluídas no projeto, como Santa Maria, Pelotas e Osório. A reunião também destacou a necessidade de envolver hospitais locais como referências no atendimento, com Maria de Fatima Mulazzani e Rita Evaldt abordaram a falta de serviços de referência e a importância da orientação para as equipes de saúde.

As preocupações sobre o aborto legal em adolescentes e a questão cultural em relação à gravidez na adolescência foram discutidas. Rita Evaldt e Maria de Fatima concordam que a educação e a orientação são essenciais para garantir que os adolescentes recebam o suporte necessário. A ausência de representantes da Secretaria Municipal de Saúde foi considerada uma limitação, pois o alinhamento entre o hospital e a Secretaria é crucial para um atendimento eficaz.

Renata faz uma apresentação na qual conta um pouco sobre o projeto Fortalecendo Redes – primeira fase – em que realizamos visitas técnicas com os sete serviços credenciados de aborto legal no RS e as respectivas reuniões com as redes de atenção. Renata também relembra o projeto pioneiro realizado durante a pandemia chamado "Articulação para Ampliação do Acesso ao Aborto Legal no Rio Grande do Sul". Este projeto deu origem ao Fortalecendo Redes, 2 anos mais tarde.

Renata explicou que o projeto Fortalecendo Redes busca fortalecer o diálogo entre a sociedade civil, universidades e gestores de saúde. O projeto inclui visitas técnicas aos serviços de aborto legal e reuniões com a rede de saúde para discutir fluxos de atendimento e barreiras enfrentadas. A participação de diferentes cidades e profissionais da saúde é fundamental para o sucesso da iniciativa, além disso aponta para a importância da formação sobre o fluxo de atendimento ao aborto legal.

Maria de Fatima concorda com a importância de organizar o fluxo de atendimento para o aborto legal, enfatizando a necessidade de sensibilizar as equipes sobre os direitos das mulheres. Ela relatou um caso de uma adolescente que teve dificuldades para obter o encaminhamento necessário, evidenciando os entraves existentes.

Rita Evaldt levantou questões com relação ao uso do aborto legal como uma solução fácil ou método contraceptivo para adolescentes, visto que há um padrão cultural em relação a relacionamentos e início da vida sexual antes dos 14 anos de idade. Referiu que se preocupa como será abordada a orientação em relação ao direito de crianças e adolescentes interromperem a gestação em todos os casos na faixa etária abaixo de 14 anos.

Maria de Fatima enfatizou que a proposta da Secretaria Estadual é focar em métodos contraceptivos e planejamento familiar e que a informação deve chegar às famílias para evitar mal-entendidos. Reforçou que o aborto legal é um direito principalmente para as menores de 14 anos, mesmo que em relações consentidas. Nossa obrigação é a de orientar corretamente. Ambas concordaram que a orientação profissional é crucial para garantir a segurança dos e das adolescentes, já que os meninos precisam receber informação e orientação.

Ariel Escobar enfatizou a questão da sobrecarga que o Hospital Santa Casa de Uruguaiana enfrentaria se fosse a única referência para a região, destacando a

necessidade de incluir os outros hospitais da Fronteira Oeste (Alegrete e Santana do Livramento).

Claudia Prates explicou que a escolha de Uruguaiana foi feita em diálogo com a Secretaria Estadual de Saúde, que apresentou a melhor estrutura do hospital no momento, mas que a capacitação de outros hospitais é uma possibilidade concreta e só depende destes hospitais mostrarem interesse.

Claudia menciona que muitas meninas não podem procurar serviços de saúde por medo de serem criminalizadas. Ela ressalta a importância de garantir que mulheres e meninas conheçam seus direitos e tenham acesso a informações corretas, sem julgamentos ou preconceitos.

Rita Evaldt complementa que a participação da Secretaria Municipal de Saúde é crucial para o sucesso do atendimento, pois é onde ocorre a triagem dos pacientes.

Durante a discussão, Ariel Aline Escobar ressaltou que é fundamental alinhar o fluxo de atendimento entre o município e o hospital, mencionando que a falta de conhecimento da população sobre seus direitos contribui para a baixa demanda por serviços. Ela também abordou a sobrecarga dos hospitais devido à concentração de casos em poucos locais e a necessidade de uma conversa franca com outros hospitais da região, além de um panorama sobre casos de violência sexual e gestação em adolescentes na região e as que são atendidas em Porto Alegre.

Claudia Prates expressou satisfação com a acolhida recebida e a disposição dos profissionais de saúde em Uruguaiana para colaborar na formação e diálogo sobre o tema e na implementação do serviço de referência para o aborto legal em Uruguaiana. Ela enfatizou a importância de ouvir as demandas locais e a presença de profissionais jovens e engajados na saúde da mulher, contribuem para minimizar os desafios enfrentados na implementação do atendimento ao aborto legal.

A reunião concluiu com a necessidade de formalizar o atendimento do aborto legal em Uruguaiana e discutir a regionalização com outros hospitais para melhorar o acesso dos pacientes. Também ficou acordado que Ariel Aline Escobar trabalhará na estruturação do fluxo de atendimento em conjunto com a equipe do hospital e que Rita Evaldt irá fornecer suporte na elaboração dos protocolos de atendimento para o aborto legal.

Reunião com a Rede de Atenção do Fronteira Oeste - 26 de junho de 2025, às 14h pela Plataforma Meet

A reunião foi aberta com uma saudação do Fórum Aborto Legal RS, que reafirmou a importância da articulação da rede regional mesmo diante das adversidades provocadas pela crise climática. Em nome do Fórum, Claudia Prates expressou solidariedade às mais de mil pessoas desabrigadas na Fronteira Oeste e destacou que as mulheres são especialmente impactadas nesses contextos. Em seguida, foi realizada uma rodada de apresentação das participantes, com a presença significativa de profissionais da atenção primária, hospitais, CRAMs, universidades e militantes de movimentos sociais.

Renata Jardim contextualizou os objetivos do projeto Fortalecendo Redes, destacando o papel do Fórum Aborto Legal RS na qualificação dos atendimentos a mulheres, meninas e pessoas que gestam nos casos previstos em lei. Ressaltou que a reunião integra uma série de encontros realizados em cidades com vazios assistenciais, visando construir alternativas locais de acesso ao aborto legal, por meio da escuta das equipes e articulação intersetorial. A apresentação abordou ainda os impactos da desinformação, da revitimização e da objeção de consciência sobre o acesso aos serviços, bem como os dados preocupantes sobre a gravidez na adolescência, especialmente entre meninas negras e periféricas.

Durante a apresentação, foram compartilhados dados da Pesquisa Nacional de Aborto e do Ministério da Saúde, revelando que uma em cada sete mulheres já realizou um aborto até os 40 anos, e que mulheres negras, pobres e com baixa escolaridade são as que mais morrem em decorrência de abortos inseguros. Renata reforçou a importância da criação de serviços com equipes especializadas, que atendam de forma humanizada e com protocolos que evitem a revitimização, além da necessidade de atuação intersetorial desde a atenção básica.

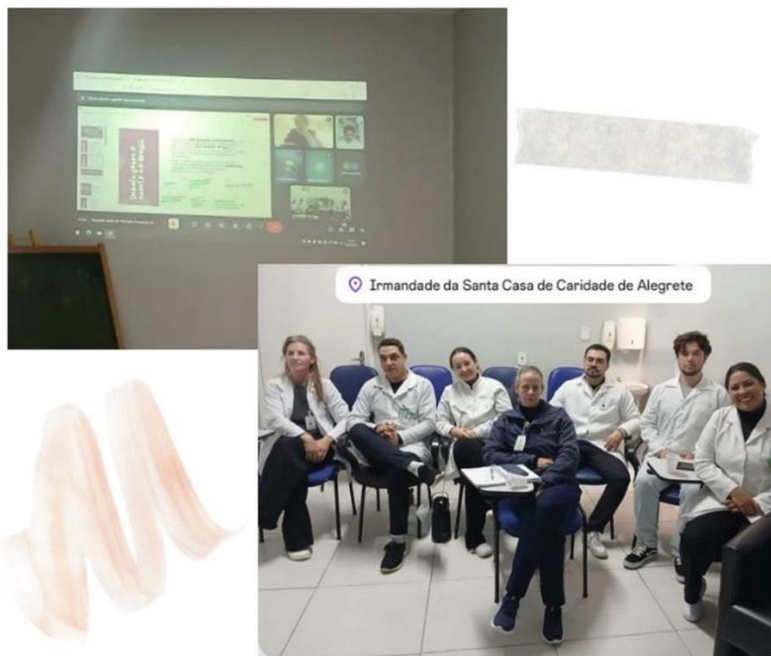
Maria de Fátima Mulazzani (10ª CRS) apresentou os principais indicadores da saúde das mulheres na região, com ênfase na mortalidade materna e no aumento de casos de gravidez em meninas entre 12 e 14 anos nos municípios de pequeno porte, como Maçambará, Manoel Viana e Quaraí. Ressaltou que o perfil das mortes maternas segue o padrão nacional: mulheres jovens, negras e de baixa escolaridade, cujas principais causas de óbito são hemorragias, distúrbios hipertensivos e infecções. Reforçou a necessidade de organização dos fluxos de atenção, desde a atenção básica até os hospitais, incluindo formação contínua sobre os direitos e protocolos, visto que a rede ainda não reconhece integralmente o aborto legal como direito e necessidade de saúde pública.

Durante a roda de conversa, diversas falas reforçaram o compromisso regional com a construção de um fluxo para o aborto legal e a importância de um serviço de referência na região. Enfermeiras da Santa Casa de Uruguaiiana relataram a atuação conjunta com a atenção primária e a disposição da equipe da maternidade para avançar na implementação do atendimento. Marisa Belberti, da Secretaria Municipal de Saúde, participou do encontro e se comprometeu em dialogar com a gestão municipal para apoiar a construção do serviço. Também foi destacada a presença da professora Stael Santos, do Movimento Negro Unificado, que reforçou a importância de incluir a perspectiva do racismo institucional e da saúde da população negra nas políticas públicas reprodutivas.

A professora Stael Santos (movimento negro) destacou a ausência histórica de espaços para a escuta das mulheres negras e pontuou que o aborto legal deve ser compreendido como um direito fundamental, especialmente para aquelas que enfrentam as piores condições de acesso à saúde. Daiana Fontoura, docente da UNIPAMPA, reforçou o papel das universidades na formação crítica dos futuros profissionais de saúde e se comprometeu a disseminar os conteúdos debatidos na formação médica.

Outras participantes também compartilharam suas realidades locais. Caroline Sudati, da Secretaria de Saúde de Manoel Viana, relatou que todos os encaminhamentos da cidade são feitos para a Santa Casa de Alegrete, que é a referência mais próxima.

Marta, do hospital de Santana do Livramento, participou com uma equipe multiprofissional que inclui parteiras, psicólogas e assistentes sociais. Representantes de CRAMs de Quaraí e Itaqui relataram a falta de protocolos e informações claras para encaminhamento dos casos. Flávia Retamar, da Marcha Mundial das Mulheres, falou sobre os desafios para o debate público sobre o aborto legal em cidades conservadoras.



Durante a reunião, também foi mencionado o Colóquio sobre Aborto Legal que acontecerá em Porto Alegre, nos dias 21 e 22 de agosto de 2025, sob o tema “Desafios para a justiça reprodutiva em tempos de crise climática”. O Fórum reforçou o convite à rede da Fronteira Oeste para participar do evento e construir coletivamente estratégias de resistência e cuidado.

Entre os encaminhamentos, destacou-se a necessidade de produção de materiais informativos com fluxos regionais, fortalecimento da articulação entre hospital e atenção básica, e construção de estratégias de formação conjunta, envolvendo profissionais da saúde, assistência e educação. Foi reforçado o compromisso da 10ª CRS em apoiar tecnicamente a Santa Casa de Uruguaiana e em articular com outros hospitais da região – como os de Alegrete e Santana do Livramento – a possibilidade de ampliação do atendimento ao aborto legal.

Ao final da reunião, foi acordado o interesse coletivo na realização de uma atividade presencial de formação na cidade de Uruguaiana, a ser construída em parceria entre a equipe da Santa Casa, a Secretaria Municipal de Saúde, a 10ª Coordenadoria e o Fórum Aborto Legal RS. A proposta é reunir as equipes da atenção básica e hospitalar, profissionais da assistência e outras instituições da rede, para aprofundar a formação técnica e política sobre o aborto legal e fortalecer o compromisso regional com o acesso ao direito.

A reunião foi encerrada com a reafirmação da urgência em garantir o acesso ao aborto legal como política pública, direito das mulheres e compromisso ético da rede. A experiência demonstrou o potencial de construção coletiva a partir do diálogo entre diferentes áreas e da escuta atenta das profissionais que atuam cotidianamente nos territórios, mesmo diante de contextos adversos.

Segunda Reunião Técnica ao Hospital Santa Casa de Caridade Uruguaiana – 14 de junho de 2025, às 9h:

Cumprindo o compromisso assumido, a etapa presencial ocorreu no dia 14 de agosto de 2025, iniciando pela visita técnica à Santa Casa de Caridade. A equipe foi recebida pela Coordenadora da 10ª CRS, por enfermeiras do Centro Obstétrico e pela administração do hospital. Também participou a Secretaria Estadual de Saúde, representada por Camila Bonalume Dall'Aqua - Representante da Área Técnica da Política de Saúde da Mulher da SES/RS que fez uma consulta aprofundada a respeito de todo o fluxo do hospital com relação à violência sexual e os casos possíveis de aborto previsto em lei.

Estavam presentes nesta reunião do Hospital: Marluci Gonçalves da Cunha (Enfermeira – Centro Obstétrico), Graciane Lafuente Ferreira (Enfermeira - Coordenação de Enfermagem), Dionathan Nicorena (Administrador - Assessor Administrativo), Claudinei Valim dos Santos (Administrador – Assessor Administrativo), Claudia Prates e Camila Dall’ Aqua. (6 pessoas)

Fomos informadas que o Hospital de Uruguaiana atende casos do próprio município e de mais dois municípios vizinhos. A equipe da Santa Casa manifestou interesse em ser uma referência para o serviço de interrupção legal da gestação, já se dispondo a atender Uruguaiana, Barra do Quaraí e Itaquí.

O atendimento regional será formalizado após a definição de incentivos de cofinanciamento do Governo do Estado. Paralelamente, os 26 serviços existentes para casos de violência serão avaliados para se tornarem referências em suas macrorregiões, conforme um plano de estudo da Secretaria Estadual de Saúde e da Coordenadoria. Cabe destacar que o plano não é tornar todos esses serviços referências para atendimento ao aborto legal, pois não há nem demanda suficiente para isso. Neste momento pensamos que a capacitação para as equipes das APS além de campanhas de informação sobre os direitos para a população com os locais de atendimento parece mais urgentes.



Após a reunião realizamos uma visita no Hospital percorrendo o caminho por onde as mulheres que chegam em situação de violência sexual e aborto legal (casos pontuais) percorrem e quais profissionais são acionadas nestes casos.

O hospital tem capacidade física e técnica de atender casos de aborto legal, caso esta tratativa avance, além de ter grande interesse em que isto se concretize, atendendo não apenas a cidade, mas toda a região, porém reafirmam que gostariam que a SES envidasse esforços para que Santana do Livramento e Alegrete também fossem credenciadas, para que Uruguaiana não ficasse sobrecarregada.

Camila da SES informa que há um estudo em andamento no interior da Secretaria, com anuência da Secretária para que todos os serviços onde há atendimento para

mulheres vítimas de violência sexual e CRAI possam ter o atendimento ao aborto legal também. Camila ainda compartilhou o link do Guia do Pré-Natal 2024, onde há um fluxograma de interrupção legal da gestação, que podemos anexar ao relatório geral.

Capacitação sobre atenção integral às mulheres, meninas e pessoas que gestam em situação de violência sexual e abortamento legal – 14 de agosto, 14h, auditório do Ministério Público de Uruguaiana

Em continuidade ao diálogo com a Fronteira Oeste do RS, desta vez no formato de uma Capacitação sobre atenção integral às mulheres, meninas e pessoas que gestam em situação de violência sexual e abortamento legal. Esta atividade foi um desdobramento do encontro virtual realizado no dia 26 de junho, no qual debatemos os desafios de acesso ao atendimento e construímos estratégias para o fortalecimento da rede da região.

Esta etapa do projeto é voltada para a Região da Fronteira Oeste, com foco nos seguintes municípios: Alegrete, Barra do Quaraí, Itaqui, Maçambará, Manoel Viana, Quaraí, Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul, Santana do Livramento, São Gabriel e Uruguaiana. A atividade contou com o apoio da 10ª Coordenadoria Regional de Saúde, do Ministério Público Estadual e de instituições locais comprometidas com a garantia de direitos.

A Capacitação foi realizada na sede no Ministério Público também parceiro na atividade, em que tivemos a sala lotada, onde inicialmente contávamos com pouco mais de 50 inscrições sendo que ao final compareceram 82 pessoas, das diversas áreas envolvidas, reunindo profissionais da rede de saúde e assistência, operadores do direito, estudantes de Medicina e Enfermagem da UNIPAMPA, além de membros de Conselhos de Direitos das Mulheres e de movimentos sociais.

Dividimos a atividade em 2 momentos sendo o primeiro com a apresentação intitulada Acolhimento de mulheres e pessoas que gestam na rede de atenção, conduzida por Claudia Prates (Marcha Mundial de Mulheres / Fórum Aborto Legal RS); e

Protocolos e fluxos de atendimento nos casos de violência sexual e interrupção legal da gestação, conduzida por Camila Bonalume Dall'Aqua (Área Técnica da Política de Saúde da Mulher – SES/RS)

Na apresentação do Fórum do Aborto Legal, falamos do histórico da organização, criada em 2016 para promover o acesso à informação e aprimorar o atendimento em casos de aborto legal. Destacamos a atuação do Fórum em diversas frentes, como a realização de eventos, a produção de materiais informativos e o combate a projetos de lei que restringem o direito ao aborto. Além disso, ainda mencionamos o trabalho do grupo em cidades do interior do Rio Grande do Sul, onde foi diagnosticado que, apesar do conhecimento dos profissionais sobre a lei, ainda há desafios como a falta de protocolos formalizados, a insegurança das equipes e a desinformação.

Além disso, abordamos a importância do atendimento humanizado, ressaltando que, em casos de violência sexual, a vítima não precisa de boletim de ocorrência ou autorização judicial. Foi enfatizado a gravidade do aborto inseguro, que é a quarta causa de morte materna no Brasil e afeta principalmente mulheres pretas. Ao final reafirmamos a necessidade da qualificação permanente dos/das profissionais de saúde, destacando a necessidade de treinamento para garantir um acolhimento sem julgamentos e reduzir os riscos do aborto inseguro.



A apresentação da Secretaria Estadual de Saúde se concentrou em dados preocupante sobre os protocolos e fluxos de atendimento para casos de violência sexual e interrupção legal da gestação no Rio Grande do Sul. Camila revelou que, entre 2014 e 2024, o estado registrou um aumento nos casos de violência sexual, com um pico em 2023 e 2024. A maioria das vítimas era composta por crianças e adolescentes, e mais de 71% dessas ocorrências aconteceram na própria casa das vítimas.

Camila também destacou que, apesar de ser um direito, o acesso ao aborto legal é dificultado por fatores como a desinformação, o medo e o tabu social, o que leva muitas

meninas a chegarem tardiamente aos serviços de saúde. Atualmente, existem apenas sete serviços de referência para a interrupção da gravidez no estado, a maioria concentrada em Porto Alegre, o que evidencia a carência da rede assistencial.

No segundo momento abrimos para um debate em que poucas pessoas se inscreveram, mas as questões ficaram mais em torno das dúvidas em relação ao atendimento de menores de 14 anos em relações consentidas e encaminhamentos dos casos de risco de vida da mulher. Neste caso, há de se ter mais informação, mas também mais sensibilidade por parte dos profissionais de saúde para reconhecer que os riscos à vida pode ser um diagnóstico muito particular e que não podemos julgar os casos apenas com as listas pré-estabelecidas por órgãos reguladores, mas que os médicos e médicas podem ir além e proteger a vida das mulheres para que elas não passem por sofrimentos ou mortes evitáveis.

Segundo uma das participantes, a iniciativa é de "muita importância para a qualificação do acesso de mulheres que sofreram violência", garantindo que as redes de saúde e socioassistencial sejam corretamente informadas sobre os fluxos e direitos relacionados ao aborto legal.

Considerações Finais

Obstáculos identificados

1. Insuficiência de referências regionais – Embora existam três serviços fora da capital (Canoas, Rio Grande e Caxias do Sul), a maioria das regiões do estado permanece sem cobertura. Isso obriga mulheres e meninas de Pelotas, Santa Maria, de toda a região do litoral norte e da fronteira oeste a se deslocarem até Porto Alegre para realizar o aborto previsto em lei, ampliando desigualdades de acesso.
2. Dificuldades específicas em Santa Maria – Durante a escuta, foi apontado que o hospital universitário enfrenta limitações relacionadas à idade gestacional, propondo a adoção de um protocolo que restringiria atendimentos a até 22 semanas. Essa proposta, embora não tenha respaldo na legislação brasileira, reflete a dificuldade institucional em assumir casos mais complexos.
3. Fronteira Oeste – As longas distâncias em relação a outros polos de atendimento agravam as dificuldades de acesso. Foram relatados encaminhamentos interrompidos e ausência de fluxos claros de referência, o que expõe mulheres e meninas a riscos de exclusão.
4. Barreiras de acesso persistentes – Entre as mais citadas estão: a dificuldade dos serviços de saúde em reconhecer situações de estupro de vulnerável, levando a encaminhamentos tardios; a imposição de exigências não previstas em lei, como boletim de ocorrência, autorização judicial ou consentimento de terceiros; o uso da objeção de consciência sem garantia de alternativas; e a falta de informação clara sobre o direito ao aborto legal.
5. Carência de formação permanente – Profissionais da saúde e de outros setores relataram insegurança diante dos casos, apontando para a necessidade de capacitação estruturada e contínua em todo o estado.

Recomendações

1. Ampliar referências regionais – iniciar processos de credenciamento dos hospitais visitados em Pelotas, Santa Maria, Osório e Uruguaiana, garantindo que cada macrorregião conte com ao menos um serviço habilitado, com prazo máximo de 90 dias para implementação.
2. Credenciamento de Santa Maria – recomendar o credenciamento do hospital universitário da região, com garantia de que não haja limitação gestacional além do previsto em lei. Sugere-se que o serviço organize um protocolo progressivo, iniciando com atendimentos até determinada idade gestacional, acompanhado de cronograma para a contratação de profissionais não objetores e adequação futura, de modo a superar a dificuldade institucional em assumir casos mais complexos.
3. Protocolos de atendimento padronizados – estabelecer normas claras e unificadas para todos os serviços, garantindo atendimento em todos os casos previstos em lei sem limite gestacional, com previsão de protocolos progressivos em serviços em fase inicial, identificação prévia de objetores de consciência e proibição da objeção institucional, além da eliminação de exigências indevidas, padronização de registros no SUS e medidas para prevenir a revitimização.
4. Fluxos intersetoriais – organizar a articulação entre saúde, assistência, segurança pública e sistema de justiça, prevenindo a revitimização.
5. Capacitação permanente – formar equipes de saúde e da rede intersetorial para lidar adequadamente com situações de estupro de vulnerável e outros casos previstos em lei
6. Ampliar a comunicação – produzir e divulgar informações claras sobre direitos e fluxos de atendimento, fortalecendo o acesso da população e a atuação da rede.

7. Implementar a Recomendação Conjunta do CEDH-RS, CEDM-RS, CES/Rs, NUDS da DPE-RS, NUDEM da DPE-RS e CEPAM/UFRGS – ampliar e qualificar os serviços de aborto legal em todas as macrorregiões do Estado, assegurando: cláusulas contratuais para garantir médicos não objetores, credenciamento de novos serviços regionais, formação permanente das equipes, inclusão orçamentária e diálogo estruturado com os municípios.